

Sistema de Transparência Pública para a Assembleia Legislativa do RN

Documento de Visão

Versão 1.8

Sistema de Transparência Pública para a Assembleia Legislativa do RN	UFRN
Documento de Visão	Versão 1.8

Histórico de Revisão

Data	Versão	Descrição	Autor
03/04/2014	1.0	Concepção do documento	Íslame Felipe
05/04/2014	1.1	Leitura do documento com adição de informações e comentários	Felipe Cortez
07/04/2014	1.2	Preenchimento inicial das tabelas de stakeholders e usuários, necessidades chave, perspectiva do produto e precedências e prioridades	Felipe Cortez
07/04/2014	1.3	Formatação de capa e correção de erros	Felipe Cortez
08/04/2014	1.4	Definições, acrônimos, abreviações, referências, requisitos e funcionalidades	Íslame Felipe
08/04/2014	1.5	Formatação de capa, tabelas, correção de erros de digitação e edição de informações	Felipe Cortez
08/04/2014	1.6	Acréscimo do diagrama de contexto, referências e restrições técnicas	Victor Almeida Schinaider
09/04/2014	1.7	Correções e revisão	Íslame Felipe
09/04/2014	1.8	Mais correções e revisão	Felipe Cortez

Sumário

1	Introdução	3
1.1	Finalidade	3
1.2	Escopo do documento	3
1.3	Definições, acrônimos e abreviações	4
1.4	Referências	4
2	Contextualização	5
2.1	Descrição do problema	5
2.2	Sentença de posição do produto	5
3	Descrição dos stakeholders e dos usuários	6
3.1	Principais stakeholders e usuários	6
3.2	Necessidades chave dos stakeholders e dos usuários	6
4	Visão geral do produto	7
4.1	Perspectiva do produto	7
4.2	Premissas e dependências	8
4.3	Limites do produto	8
5	Requisitos funcionais do produto	8
6	Precedência e prioridades	9
7	Requisitos não-funcionais do produto	10
8	Restrições técnicas	10

1 Introdução

1.1 Finalidade

A finalidade deste documento é proporcionar uma perspectiva geral do projeto proposto, a fim de que seja possível compreender o seu produto. Assim, será possível entender as necessidades do sistema, as funcionalidades a serem implementadas e as restrições requisitadas. Este documento também visa entender o contexto da aplicação, seus stakeholders, requisitos, bem como desafios que devem ser enfrentados.

1.2 Escopo do documento

Este documento de visão se aplica ao Portal de Transparência da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. Este projeto propõe o desenvolvimento de um sistema web (na forma de portal) que deverá disponibilizar, de uma maneira transparente e imparcial, os aspectos que caracterizam os trâmites políticos, administrativos e econômicos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. Como exemplos de tais aspectos estão a atuação dos parlamentares nas sessões e nas votações de projetos importantes para a sociedade, bem como os projetos de leis que estão em votação atualmente. Eis o principal problema que deve ser resolvido: coletar informações concretas de tais aspectos e disponibilizá-las em um portal prático, isto é, de fácil manuseio e de pesquisa rápida, de modo a atrair o cidadão para que o mesmo possa usufruir do seu direito à informação.

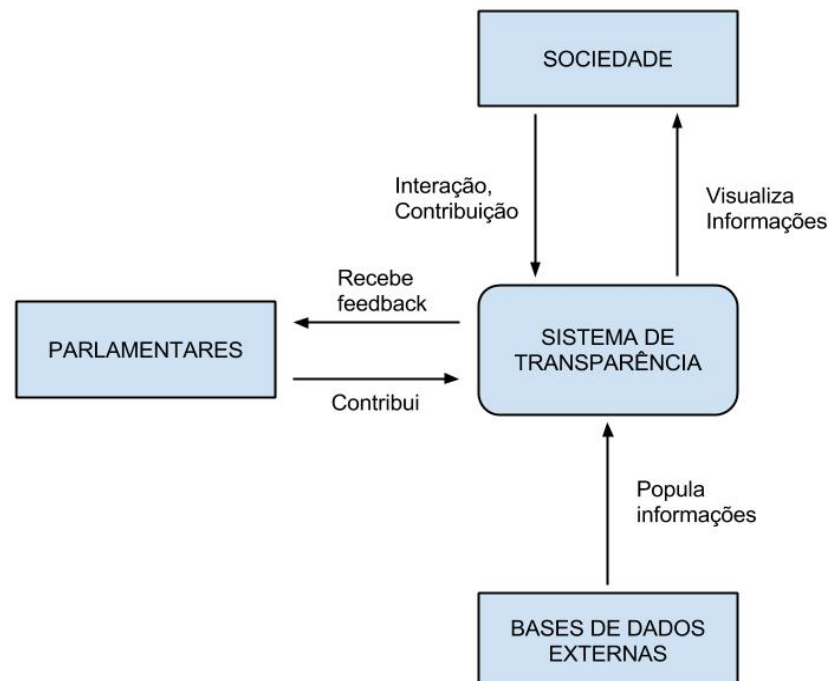


Figura 1: Diagrama de Contexto

1.3 Definições, acrônimos e abreviações

Palavra-chave	Definição
Parlamento	Constitucionalmente, e segundo o princípio da divisão dos poderes, constitui a sede do poder legislativo. Será representado pela Assembleia Legislativa do RN.
Parlamentar	Indivíduo que compõe o parlamento. Pela Constituição vigente (de 1988), os parlamentares devem ser eleitos por eleições livres e diretas e têm a função de elaborar as leis de regem o Estado.
Trâmites Legislativos	Termo de alto nível usado neste documento para referir-se a toda e qualquer atividade desempenhada no âmbito do poder legislativo, seja fora ou dentro de plenário. O termo abrange discussões e votações de projetos, liberações de verbas, debates em comissões, reuniões e etc.
Projeto	Proposta, planejamento ou ideia que é escrita, analisada e votada em plenário, de acordo com o regimento interno da Assembleia e com a ordem de pautas. Pode referir-se a propostas de leis, de liberação de verbas, ou relacionado a assuntos de interesse geral da sociedade.
Assessor	Indivíduo que presta serviço de assessoria individualmente ao parlamentar ou à Assembleia enquanto instituição.
Sessão	Reunião ordinária ou extraordinária dos parlamentares no plenário da Assembleia. Nas sessões ordinárias, são debatidos assuntos importantes, analisados projetos ou realizadas votações. As sessões extraordinárias são solicitadas, geralmente, para homenagens, condecorações, ou votações urgentes. A presença em sessões é a atividade parlamentar mais básica.
Comissões	Reuniões provisórias que congregam um subconjunto de parlamentares que devem analisar, investigar ou votar numa questão particular. A CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) é um exemplo de comissão que tem poder de investigação, a partir de escuta popular, de testemunhas ou de documentos.
Orçamento público	É um instrumento de planejamento e execução das finanças públicas. Busca prever as despesas e receitas públicas. Deve ser votado pelo parlamento, portanto tem caráter de documento legal e é aprovado por lei.

1.4 Referências

- Site da Assembleia Legislativa - <http://www.al.rn.gov.br/>
- Regimento Interno da Assembleia Legislativa - http://www.al.rn.gov.br/portal/_ups/legislacao/regimentointerno.pdf
- Constituição do Estado do RN - http://www.al.rn.gov.br/portal/_ups/legislacao/constituicaoestadual.pdf

- Portal de transparência da AL - <http://www.al.rn.gov.br/portal/transparencia/>
- Portal de transparência do RS - <http://www2.al.rs.gov.br/transparenciaalrs/PaginaInicial/tabid/2214/Default.aspx>
- Portal de transparência de MG - <http://www.almg.gov.br/sobre/transparencia/>

2 Contextualização

2.1 Descrição do problema

Problemas	<ul style="list-style-type: none"> • Poucas informações são divulgadas ao público. Dificuldade de acessar os dados apropriados. • Os sistemas atuais não oferecem tanta facilidade de acesso à informação. • Dificuldade de instigar o cidadão a fiscalizar os trâmites legislativos (o que lhe é de direito) através do uso da web.
Pessoas atingidas	O cidadão é o principal agente atingido por este projeto, uma vez que o mesmo poderá inteirar-se acerca do que acontece na Assembleia, bem como das ações tomadas por parte dos seus representantes legislativos. A Assembleia Legislativa também deve ser beneficiada, pois terá a oportunidade de manter sua imagem transparente junto à população.
Cujo impacto é	O principal impacto é o aprimoramento da visão crítica do cidadão, que poderá melhor discernir sobre suas próprias decisões no âmbito do seu exercício da democracia. A sociedade como um todo deve, portanto, ser beneficiada. A preocupação com a usabilidade facilitaria o acesso às informações. Outro impacto, de certa forma, será a revelação de possíveis irregularidades que possam acontecer pelo mau uso do sistema representativo.
Uma solução bem sucedida traria	Uma solução ideal traria as informações mais relevantes à população, de modo claro, objetivo e imparcial. Pretendemos criar assim um portal de fácil manuseio e que coloca tais informações em primeiro plano.

2.2 Sentença de posição do produto

Para	A sociedade em geral
Quem	Por meio da equipe de desenvolvimento
O	É um portal para a transparência da Assembleia Legislativa do RN

Que	Proporcionar amplo acesso às informações acerca dos trâmites legislativos
Diferente de	Portais de Transparência existentes que têm interface pouco amigável e pouco intuitiva
Nosso produto	Traz a informação de maneira clara, objetiva e imparcial

3 Descrição dos stakeholders e dos usuários

3.1 Principais stakeholders e usuários

Identificação	Responsabilidades	Stakeholders
Gerentes do projeto	Gerenciar o acompanhamento do projeto. Avaliar a evolução do sistema.	Bernardo Gurgel
Analistas de requisitos	Analisar os requisitos do sistema e do usuário. Realizar a verificação (corretude e coerência). Coordenar o processo de elicitação e especificação.	Íslame Felipe
Arquiteto do projeto	Arquitetar o sistema. Propor a melhor forma de organizar as estruturas do sistema (modelo de arquitetura).	Felipe Cortez Graco Babeuf Íslame Felipe Rubens Viana Victor Schinaider
Projetista de interfaces do projeto	Desenvolver e atualizar o projeto de interface de usuário, procurando deixá-la simples e intuitiva de acordo com os princípios de usabilidade.	Felipe Cortez
Programadores	Desenvolver a codificação do sistema. Manter a integridade e evolução do código. Trabalho fundamentalmente em equipe.	Felipe Cortez Graco Babeuf Íslame Felipe Rubens Viana Victor Schinaider
Organização	Prover a organização do projeto.	Ricardo Wagner Rubens Viana Victor Schinaider
Usuário	Utilizar os incrementos do sistema. Emitir feedbacks sobre novos requisitos.	População geral

3.2 Necessidades chave dos stakeholders e dos usuários

No.	Descrição	Prioridade do cliente	Observações
-----	-----------	-----------------------	-------------

1	Conhecer os parlamentares, seus partidos, coligações e ideologias. Monitorar a atuação dos parlamentares e seu envolvimento nas atividades legislativas.	1	
2	Formar uma opinião pessoal acerca da atuação do parlamentar a fim de poder atuar da melhor maneira possível no processo eleitoral.	1	
3	Conhecer os projetos eminentes, em pauta ou em espera pela pauta. Ter consciência da forma como os projetos são revertidos em benefícios à sociedade.	2	
4	Conhecer o funcionamento da máquina pública. Poder acompanhar o direcionamento do dinheiro público.	2	
5	Conhecer o funcionamento da Assembleia Legislativa do ponto de vista institucional. Aproximar-se do parlamento.	3	

4 Visão geral do produto

4.1 Perspectiva do produto

Necessidades	Funcionalidades correspondentes
1	Página detalhada do perfil do parlamentar
1, 2	Busca por sessões plenárias. Listar pauta, ata, resumo, data, parlamentares presentes e etc.
3, 4	Páginas que detalham comissões em andamento
1, 2	Página especial que associa o parlamentar a atividades desenvolvidas fora a assembleia.
1, 2	Mostrar detalhes de cada processo sofrido pelo parlamentar.
1, 2	Pesquisa histórico de processos do parlamentar.
1, 2, 4, 5	Listar a prestação de conta mensal da assembleia.
1, 2, 4	Página que detalha o gasto mensal do parlamentar
1, 2	Seção especial para a prestação de contas do parlamentar à justiça eleitoral
2, 3, 4, 5	Página que detalha as informações do orçamento público
2, 3, 4, 5	Download do texto na íntegra do projeto do orçamento
3, 4	Pesquisar projetos por categoria/natureza, por data, por status ou tema.
3, 4	Página que detalha projetos.

2, 3, 4	Página que noticia comissões, sessões, reuniões e outros assuntos.
1, 2	Pesquisar histórico de ex-parlamentar
1, 2	Página de contato do cidadão com o cliente

4.2 Premissas e dependências

O sistema é um portal web. Inicialmente deve-se desenvolvê-lo para acesso em qualquer navegador de um computador ligado à Internet. Posteriormente, pode-se pensar em abranger esta ideia para dispositivos móveis, ou até mesmo uma aplicação móvel. Uma dependência forte do sistema refere-se à sua alimentação. De fato, as informações devem, de alguma fonte (confiável), chegar a base dados do sistema. Assim, pode-se apresentar dependências de outras bases de dados que estejam em funcionamento com tais informações ou dependência direta de dados oriundos diretamente da Assembleia.

4.3 Limites do produto

O portal deve atender à legislação vigente quanto à divulgação de informações na Internet. Este projeto propõe uma fiscalização às atividades na Assembleia Legislativa, que envolve pessoas, como os parlamentares, assessores e secretários. As publicações no portal, inevitavelmente, devem envolver tais atores, desde que os mesmos participem de alguma atividade caracterizada por seu aspecto público ou que envolva, de algum modo, o uso de recursos públicos. Não serão publicadas, portanto, informações de cunho estritamente pessoal.

5 Requisitos funcionais do produto

- Ter uma página com o perfil de cada parlamentar: considera-se este requisito como um dos mais básicos, uma vez que o usuário deverá ter conhecimento sobre cada um dos seus representantes, seus partidos e ideologias;
- Mostrar o envolvimento de cada parlamentar em atividades relacionadas ao uso do poder legislativo, como em votações, sessões, comissões, debates e etc
- Estender o requisito anterior para atividades fora da Assembleia, como a participação do parlamentar em causas e ações sociais
- Visualizar, detalhadamente, os processos sofridos por cada parlamentar. A ideia é emitir uma ficha que indique o quão “limpa” é a carreira política do deputado.
- Transparecer os gastos com o dinheiro público. Servirá como uma prestação de contas públicas que será disponibilizada ao cidadão. Atualmente, alguns sites já fazem isso, porém de maneira obscura. A ideia é que os gastos possam ser monitorados e atualizados em períodos regulares (como semanalmente ou mensalmente). Eles podem envolver cada parlamentar individualmente, através do uso de verbas de custeio

ou para emendas parlamentares ou podem envolver a Assembleia enquanto instituição, por exemplo, seus gastos com pagamento de assessores, secretários, serviços, compras e licitações.

- Os gastos de cada parlamentar em campanhas eleitorais também devem ser monitorados. De fato, esta é uma atividade que tem a ver com a Assembleia Legislativa, pois apenas serão disponibilizados dados referentes a deputados eleitos pelo voto direto (e que, portanto, estão em exercício do poder legislativo), e que foram declarados à Justiça Eleitoral no momento do registro da candidatura.
- Os dados referentes ao orçamento público devem ter sua devida atenção. Uma vez que a proposta foi aprovada em plenário, o texto deve ser publicado na íntegra. Outra sessão deve ser criada para destacar as principais cláusulas do documento, como o valor total do orçamento, destino das verbas e previsões.
- Monitorar os projetos dos parlamentares (das mais diversas naturezas) que estão atualmente em discussão, os que foram aprovados ou reprovados, e os que estão em espera pela pauta. Criar infográficos interativos que separe bem estas categorias, evidenciando a importância de cada uma. Este requisito é importante pois o cidadão terá como conhecer as ideias do parlamento e poderá formar suas opiniões.
- Dedicar uma seção para aqueles projetos que foram votados e aprovados, mas que nunca saíram do papel. Apresentar o usuário uma satisfação sobre o ocorrido.
- Noticiar sessões, eventos, congressos e comissões que venham debater assuntos relevantes e de interesse geral da população.
- Possibilitar pesquisas rápidas em históricos, dos períodos legislativos passados. Manter uma base de dados para este requisito.
- Possibilitar o contato direto do cidadão com o parlamentar, através do envio de e-mail.

6 Precedência e prioridades

No.	Funcionalidade	Prioridade do cliente	Entrega
1	Página detalhada do perfil do parlamentar.	1	22/04/2014
2	Busca por sessões de plenárias. Listar pauta, ata, resumo, data, parlamentares presentes e etc.	1	22/04/2014
3	Mostrar detalhes de cada processo sofrido pelo parlamentar.	1	22/04/2014
4	Páginas que detalham comissões em andamento.	2	22/04/2014
5	Página que detalha o gasto mensal do parlamentar.	2	22/04/2014
6	Seção especial para a prestação de contas do parlamentar à justiça eleitoral.	2	29/04/2014

7	Pesquisar projetos por categoria/natureza, por data, por status ou tema.	2	29/04/2014
8	Página que detalha projetos.	2	29/04/2014
9	Página especial que associa o parlamentar a atividades desenvolvidas fora a assembleia.	3	06/05/2014
10	Pesquisa histórico de processos do parlamentar.	3	06/05/2014
11	Listar a prestação de conta mensal da assembleia	3	06/05/2014
12	Página que detalha as informações do orçamento público	3	6/05/2014
13	Download do texto na íntegra do projeto do orçamento	4	13/05/2014
15	Página que noticia comissões, sessões, reuniões e outros assuntos.	4	13/05/2014
16	Pesquisar histórico de ex-parlamentar	4	13/05/2014
17	Página de contato do cidadão com o parlamentar	4	13/05/2014

7 Requisitos não-funcionais do produto

- Requisitos de usabilidade: o portal deve apresentar uma interface amigável interativa, a fim de proporcionar ao usuário uma fácil navegação e compreensão do conteúdo exposto.
- O termo transparência deve ser convertido em um requisito não-funcional. Este é o diferencial do projeto proposto. De fato, deve ser fácil de se encontrar a informação, sem caminhos excessivamente longos que possam desencorajar o usuário de procurar pela informação.
- Toda publicação deve atender à legislação vigente. Além disso, deve ser feita de maneira imparcial, isto é, sem beneficiar nenhum partido político ou qualquer entidade.
- Deve-se assegurar a veracidade das informações.

8 Restrições técnicas

- O servidor que armazenará o sistema deve suportar uma carga alta de usuários simultâneos
- O sistema vai utilizar a ferramenta livre Play Framework
- Não teremos nenhum orçamento para realização do projeto
- O sistema precisa ser entregue próximo ao final da primeira quinzena de junho de 2014